

ASPECTOS CONCEITUAIS E PRÁTICOS NA ARTICULAÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: A EXPERIÊNCIA COM ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CONCEPTUAL AND PRACTICAL ASPECTS IN THE ARTICULATION OF TEACHING, RESEARCH AND EXTENSION: THE EXPERIENCE WITH SOLIDARITY ECONOMY AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF SÃO CARLOS

ASPECTOS CONCEPTUALES Y PRÁCTICOS EN LA ARTICULACIÓN DE LA ENSEÑANZA, LA INVESTIGACIÓN Y LA EXTENSIÓN: LA EXPERIENCIA CON ECONOMÍA SOLIDARIA EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE SÃO CARLOS

Wagner de Souza Leite MOLINA¹

Danilo Malta FERREIRA²

Ana Lúcia CORTEGOSO³

¹ Docente do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol/UFSCar) e do Programa de Pós-Graduação em Administração e Sociedade (PPGASo/UFSCar). São Carlos, São Paulo, Brasil. E-mail: wagmolina@ufscar.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3855-7416>

² Docente do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol/UFSCar). São Carlos, São Paulo, Brasil. E-mail: dnylon@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0365-3598>

³ Docente Sênior do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol/UFSCar). São Carlos, São Paulo, Brasil. E-mail: ana.lucia.cortegoso@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8815-4447>

Resumo: A extensão universitária tem sido objeto de análise e discussão na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), nos Fóruns de Pró-Reitores brasileiros, em diversos meios acadêmicos e, recentemente, ressurgiu com a discussão sobre Curricularização da Extensão Universitária visando atender a necessidade de inclusão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, conforme exigência das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Este artigo examina conceitos e práticas universitárias no contexto da Economia Solidária a partir da Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP) e seu sucessor: Núcleo Multidisciplinar de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol/UFSCar), como contribuição para superar perspectivas que apartam, e muitas vezes antagonizam ensino, pesquisa e extensão, entendidas aqui como atividades-fim, ou próprias e específicas da Universidade para garantir o cumprimento de seu objetivo de produção de conhecimento. O trabalho inclui a sistematização da história do NuMI-EcoSol e de suas atividades, como: curso de especialização, disciplinas, projetos de pesquisa e de extensão. Finalizando, são evidenciadas contribuições da perspectiva da economia solidária para revisão e aprimoramento de conceitos referentes ao papel da Universidade, sua relação com a sociedade e condições para o desenvolvimento de suas atividades compatíveis com exigências contemporâneas às quais a Ciência deve responder.

Palavras-chave: Papel da universidade, Indissociabilidade das atividades-fim da universidade, Extensão, Curricularização, Economia solidária.

Introdução

A extensão universitária é debatida de forma razoavelmente sistemática nas universidades públicas brasileiras, especialmente nas federais, desde a criação, ainda em 1987, do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) que, segundo Souza (2019), tem sido o principal palco das discussões de fomento e reivindicações voltadas à criação de diretrizes e ações específicas de Extensão Universitária, como parte das políticas públicas para a educação superior no país. Por iniciativa

deste Fórum, surge em 2012, a Política Nacional de Extensão Universitária que já previa: 1. Interação Dialógica; 2. Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; 3. Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; 4. Impacto na Formação do Estudante; 5. Impacto e Transformação Social (FORPROEX, 2012, p. 16).

A curricularização da extensão passou a constar na pauta de discussões das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras a partir da publicação da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, homologada em 14/12/2018, do Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Superior (CES), que estabeleceu um prazo de três anos a partir da data de sua homologação, para que as diretrizes curriculares ali previstas fossem adotadas nas instituições (BRASIL, 2018). Assim, até 14 de dezembro de 2021 todas as IES do país deveriam, em linhas gerais, tornar as atividades de extensão parte obrigatória da carga horária dos cursos de graduação. Em função da situação gerada no início de 2020 pela pandemia de Covid-19, exigindo medidas de isolamento social que conduziram a uma ampla revisão no modo de funcionamento das instituições (sobretudo as de educação), tal prazo foi estendido até 19 de dezembro de 2022.

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) apresenta historicamente uma defesa discursiva intransigente da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, que pode ser recuperada pelo menos desde a formulação dada à Portaria GR nº. 677/94, que trata das atividades acadêmicas próprias do pessoal docente do ensino superior, explicita que a indissociabilidade deve visar a aprendizagem, produção do conhecimento, ampliação e difusão do saber e da cultura e indica um foco em atividades de extensão a partir de programas, planos ou projetos devidamente aprovados pelas instâncias universitárias competentes (UFSCAR, 1994). A regulamentação das atividades de extensão foi instituída na UFSCar em 1999 por meio da Portaria 664/1999 e enfatizou, nos art.1º e 2º, a compreensão de que a atividade de extensão é parte daquelas que são indispensáveis para que a Universidade,

como instituição social, cumpra o seu papel de produção de conhecimento, que inclui ainda as atividades de ensino e de pesquisa (UFSCAR, 1999).

Algumas iniciativas importantes podem e devem ser destacadas como formas de colocar em prática o discurso da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, como a criação, em 1995, dos Núcleos de Extensão, que visavam promover a aproximação entre as demandas da sociedade e a comunidade universitária, ou mesmo a criação das Atividades Curriculares de Integração de Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPES) em 2002. Trata-se de uma experiência inovadora no sentido de tentar romper o tratamento estanque dado à tríplice missão da universidade, sendo que muitos obstáculos permanecem aparentemente intactos, nestes 20 anos das atividades curriculares (UFSCAR, 2022).

Outra iniciativa foi o programa de extensão que, em 1998, viabilizou a criação da Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP-UFSCar), para atuar de forma multidisciplinar, na produção de conhecimento simultaneamente à formação de pessoas e à intervenção na realidade, visando a organização de cooperativas, associações e outras iniciativas com base nos princípios da Economia Solidária, (UFSCAR, 1998). A partir de uma Resolução do Conselho Universitário da UFSCar (Resolução ConsUni 698), em 12 de agosto de 2011, a INCOOP-UFSCar passou da condição de programa extensionista para Núcleo vinculado diretamente à Reitoria da Universidade como unidade de ensino, pesquisa e extensão, denominado: Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol/UFSCar) (UFSCAR, 2011). Tanto a INCOOP quanto o NuMI-EcoSol constituem importante centro irradiador da Economia Solidária e do processo de incubação de empreendimentos desta natureza na região de São Carlos, SP.

Outras iniciativas podem ainda ser mencionadas, como experiências favorecedoras da indissociabilidade como práxis da universidade, como a

Unidade Saúde Escola (USE), criada em 2004 e, posteriormente, o Núcleo de Formação de Professores ou mesmo a Agência de Inovação. Embora atuem em formatos e dinâmicas muito distintas, estas e outras unidades, juntamente com o NuMI-EcoSol, são frequentemente lembradas como promotoras da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Mas não seria possível - ou recomendável - tratar desta temática a partir de uma abordagem ampla o suficiente para contemplar todos os espaços que contribuem para a prática da indissociabilidade na universidade e, em função disso, a reflexão aqui proposta se apoia fundamentalmente na experiência do NuMI-EcoSol, visando contribuir para um debate por demasiado tempo adiado ou pouco aprofundado.

Ainda que o tema da curricularização da extensão, tornado urgente em função dos prazos estipulados em nível federal, tenha gerado novas oportunidades de reflexão sobre a extensão dentro de uma lógica que a integre em um todo coeso e indissociável, o imperativo de cumprimento de prazos e metas estipulados não contribui para isso; muito pelo contrário: é perceptível que toda a mobilização da comunidade universitária tem girado em torno de viabilizar enxertos de atividades extensionistas em cada um dos Projetos Político-Pedagógicos que orientam os cursos de graduação na universidade, indo muito pouco além disso.

Na tentativa de contribuir com a discussão, é objetivo deste trabalho apresentar e examinar conceitos e práticas universitárias no contexto da Economia Solidária, a partir da Incubadora Regional de Cooperativas Populares e de seu sucessor, o Núcleo Multidisciplinar de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária, da Universidade Federal de São Carlos, como contribuição para superar perspectivas que apartam, e muitas vezes antagonizam ensino, pesquisa e extensão, entendidas aqui como atividades-fim, ou próprias e específicas da Universidade para garantir o cumprimento de seu objetivo de produção de conhecimento.

Este trabalho é composto pela sistematização de informações referentes a atividades e reflexões coletivas das sucessivas equipes da INCOOP e, posteriormente, do NuMI-EcoSol. Equipes sempre constituídas dinamicamente, com pessoas que acompanham sua existência desde a origem ou fases iniciais de sua implementação, as que participaram de momentos específicos do processo e outras que se inseriram mais recentemente. Documentos referentes a projetos desenvolvidos e atividades realizadas, registros de reuniões de equipe, diretrizes decorrentes de decisões coletivas, normativas institucionais, textos conceituais de referência, bem como a memória de cada uma das pessoas que assumem a autoria do texto em relação ao tema proposto, a partir de suas experiências, foram fontes para obtenção de informações.

A recente oportunidade criada em função das discussões institucionais e no contexto da Economia Solidária sobre a chamada curricularização da extensão, em relação às quais a equipe do NuMI-EcoSol manifestou seu interesse em participar ativamente – ainda que não incluída nos contextos institucionais coordenadores dessa discussão – resultou no presente trabalho de sistematização de suas contribuições sobre indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com a expectativa de que, mais do que valorizar a atividade de extensão, historicamente relegada a uma condição de efeito colateral desejável do que entendida como de parte constituinte das atividades-fim da universidade, esta oportunidade resulte no fortalecimento dos compromissos com a indissociabilidade entre as três formas por excelência da universidade garantir produção sistematizada de conhecimento, incluído aí o acesso a este conhecimento.

O procedimento utilizado foi o de realizar coletivamente, em reuniões da equipe regulares (pelo menos duas ao mês) e específicas, reflexões sobre os acúmulos existentes e necessários de serem considerados na nova discussão, tanto do ponto de vista conceitual quanto prático, condições que historicamente e no contexto atual favorecem ou desfavorecem tal indissociabilidade, e novos

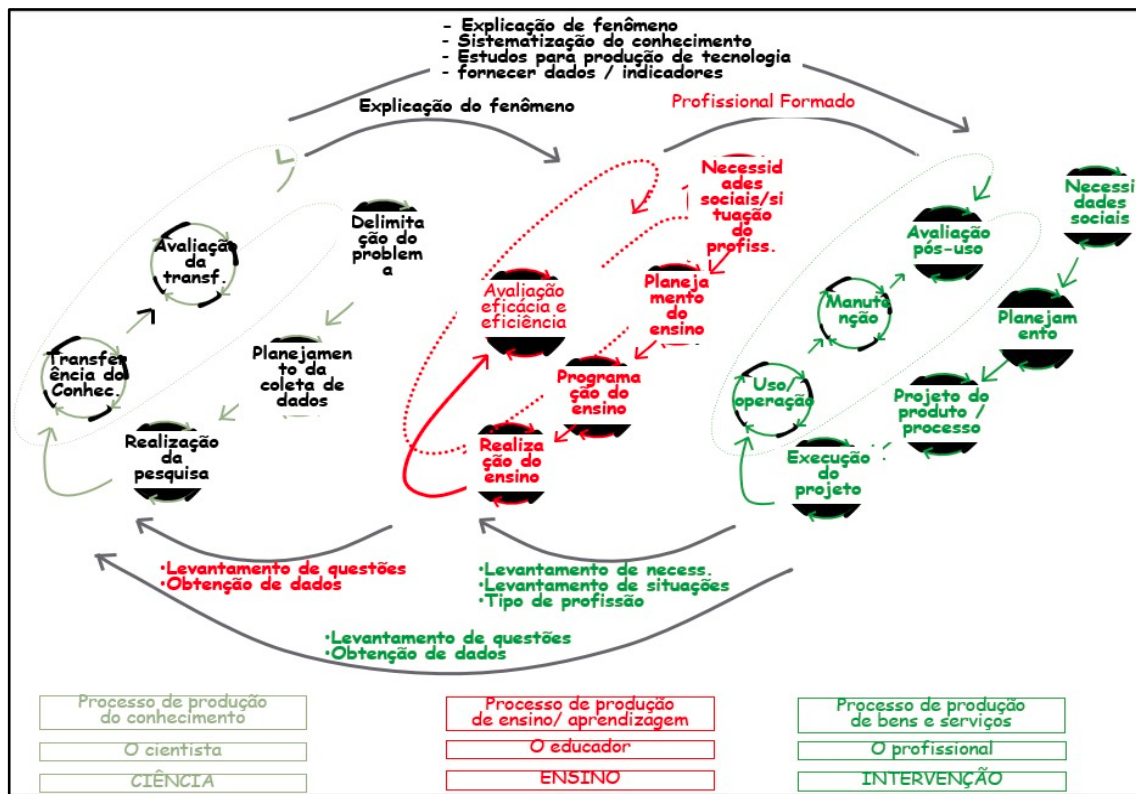
desafios impostos a este compromisso a partir de perspectivas participativas de produção e uso de conhecimento sistematizado.

Indissociabilidade - extensão, ensino e pesquisa: linha do tempo e reflexões do NuMI-EcoSol

O NuMI-EcoSol busca manter o compromisso com a indissociabilidade da ação na realidade (extensão), educação em economia solidária (ensino) e pesquisa, operacionalizado de diferentes formas e, muitas vezes, a despeito das condições institucionais que pressionam em direção à separação entre tais atividades. Para facilitar a análise da trajetória do núcleo foi descrito o processo de institucionalização, desde a origem como projeto de extensão, passando a programa de extensão até tornar-se uma unidade acadêmica.

A concepção de indissociabilidade expressa por Botomé (1996), que fundamentou a proposição das normas referentes a atividades de extensão na UFSCar quando da criação das Pró-Reitorias, implica uma relação entre as atividades-fim da universidade que coloca a indissociabilidade na origem destas atividades. Esta é uma razão pela qual não faz sentido adotar concepções que fazem referência à necessidade de integrar ou articular tais atividades, já que neste caso seria necessário assumir que cada uma delas tem uma existência própria, independente, devendo assim ser integradas. De fato, a separação entre estas atividades, inclusive com a separação de setores da Universidade responsáveis por cada uma delas, atende muito mais a propósitos didáticos ou administrativos, com risco de ocultar os processos envolvidos e sua íntima relação com os objetivos da instituição universitária. O esquema ilustrado na Figura 1, talvez melhor que muitas possíveis demonstrações por palavras, apresenta o que está em jogo nesta discussão. O esquema coloca em destaque o fato de que a cada uma destas atividades correspondem processos complexos que interagem constituindo o todo.

Figura 1 - Processos de interação ao desenvolver a indissociabilidade nas atividades de extensão, ensino e pesquisa



Fonte: Elaborada pelos autores (2022)

Ao analisar a Figura 1, por exemplo, observa-se que durante a execução de um projeto na realidade social, pode haver levantamento de situações que passem por avaliação de eficácia e eficiência em processos de produção de ensino/aprendizagem. Por outro lado, pode fomentar a realização de pesquisas para elucidar o fenômeno ou estudos que visem a produção de tecnologias para o processo de intervenção.

Retomando a trajetória, o projeto Criação de um polo incubador de cooperativas populares na UFSCar (processo nº 23112.001166/98-12), primeiro projeto de extensão da INCOOP aprovado, já trazia a informação de que a universidade busca reforçar seu papel de atuar junto à sociedade, produzindo e

transferindo conhecimentos significativos e relevantes para contribuir nas transformações sociais. Naquele momento havia onze empreendimentos em processo de incubação, tendo como equipe de incubação alunos de graduação, pós-graduação e docentes. Também havia a perspectiva de formação dessa mesma equipe, assim como a formação de pessoas da comunidade e de parceiros em cooperativismo. O projeto também já indicava dificuldades identificadas em sua atuação e na operacionalização da indissociabilidade, como significativa demanda necessitando de intensiva capacitação de novos bolsistas e técnicos em contexto de recursos humanos escassos (UFSCAR, 1998).

Em 2000, o projeto de extensão tornou-se programa de extensão Incubadora Regional de Cooperativas Populares-INCOOP, que indica estratégias para a articulação entre o conhecimento sistematizado para tornar acessível nas atividades de extensão, ensino e pesquisa. A sistematização das experiências e reflexões contribuem para produção de conhecimentos teóricos e metodológicos:

A constituição de uma equipe de trabalho extensionista atuando orientada pela temática da Economia Solidária deverá, em um primeiro momento, sistematizar as diferentes contribuições do conhecimento interdisciplinar, utilizando-o tanto nas atividades de extensão como nas de ensino e pesquisa (orientação de teses, dissertação e iniciação científica, trabalho de graduação, entre outros). Em um segundo momento, espera-se que as experiências diversificadas possam, também, contribuir na produção de conhecimento. A práxis deverá oferecer importantes elementos de reflexão teórica enquanto experiência não dicotomizada nem dissociada do conhecimento (pesquisa e ensino) (UFSCAR, 2000, p.3).

As atividades de extensão, ensino e pesquisa constam na perspectiva da indissociabilidade não dicotomizadas ou dissociadas. A proposta também indica a relevância social com a “[...] sensibilização da comunidade acadêmica para adesão ao tema da Economia Solidária como um novo campo de investigação e atuação extensionista em prol dos segmentos sociais excluídos ou sob risco de exclusão”. E de “[...] docentes (que são detentores de um saber formal especializado), os discentes (que estão em processo de apreensão e construção de conteúdos para fins de profissionalização) e os técnicos”. Em prol desses segmentos em que se prevê “[...] participação ativa na formação de cooperativas a serem incubadas (normalmente formadas por aqueles que se encontram excluídos tanto no campo quanto na cidade).” (UFSCAR, 2000, p.3).

Para facilitar a compreensão sobre a operacionalização do princípio da indissociabilidade das atividades de extensão, ensino e pesquisa, cabe destacar que em 2011 foi criada no NuMI-EcoSol uma comissão para a sistematização da trajetória da unidade por meio da construção de um linha do tempo, para favorecer sua análise. A proposição de eixos e subeixos constituintes da linha foi essencial neste processo, pela perspectiva de indissociabilidade das atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão), adotada desde o início como diretriz pela equipe, ainda que, para efeitos de análise, as informações obtidas tenham sido organizadas separadamente, no caso do ensino, sob a expressão Formação. A análise mais completa pode ser conferida em Ferreira (2018) e, a seguir, são abordadas cada uma das atividades-fim.

Atividade-fim Extensão

De acordo com Ferreira (2018), constituem exemplos de ações de intervenção desenvolvidas pela equipe do NuMI, a incubação de empreendimentos econômicos solidários, um processo de assessoria da comunidade, em relação ao qual a equipe desenvolveu um método específico, a

partir de ações realizadas, estudo de conhecimento disponível e avaliação permanente de ações e resultados, como forma de orientação de seu trabalho (CORTEGOSO; POMPERMAIER, 2016). Da incubação de empreendimentos econômicos solidários em diversos territórios e municípios da região em que o NuMI está sediado, as ações de incubação passaram a ser concentradas em dois territórios (um urbano e um rural), com perspectiva de desenvolvimento de territórios com Economia Solidária e, em seguida, em apenas um território. Além de processos de incubação, a equipe incorporou ações para aumento de acesso a direitos de cidadania das populações atendidas, articulação com prefeituras e outros atores relacionados a territórios nos quais desenvolvia (ou poderia desenvolver) ações de incubação. Passou, gradualmente, e de forma crescente, a participar de diferentes instâncias do movimento de economia solidária nas esferas municipal, regional, estadual e nacional. Mais recentemente, diversificou suas ações de assessoria e consultoria para fomento à Economia Solidária.

As informações obtidas no processo de construção da Linha do Tempo da trajetória do NuMI-EcoSol permitiram identificar, neste tipo de atividade-fim, mudanças em estratégias de ação da equipe; por exemplo, no que se refere a territórios alcançados (vários, apenas dois e, por final, apenas um) e objetivos pretendidos (de incubação de empreendimentos para desenvolvimento de territórios com economia solidária), entre outros. No período de 1998 a 2020, a equipe se envolveu com incubação de pelo menos 38 empreendimentos econômicos solidários com diferentes atividades econômicas e número de participantes (de 03 a 300), alcançando aproximadamente 1.700 trabalhadores em oito municípios do estado de São Paulo.

A presença permanente de estudantes de graduação, inseridos nestas atividades como exigência estabelecida pela equipe geral da INCOOP e depois do NuMI, a partir da meta de composição mínima de cada equipe específica (um docente, um técnico de nível superior e estudantes de graduação), estabelece sempre uma garantia de oportunidade para formação destes estudantes de

graduação (e de pós-graduação, quando isso foi possível), complementar à sua formação básica oferecida pelos cursos de graduação. Com oferta permanente de vagas para estágios obrigatórios ou não obrigatórios, em projetos de extensão e de iniciação científica, esta formação se dá, assim, de modo indissociável da intervenção na realidade.

Esforço permanente da equipe tem sido feito para garantir, no mínimo, como produção acadêmica associada às atividades de intervenção na realidade, sistematização e análise das experiências empreendidas pela equipe, como comprova a considerável produção acadêmica acumulada (OLIVEIRA; CORTEGOSO; AZEVEDO, 2016). Uma produção que, em grande parte, conta com a participação dos estudantes de graduação, técnicos e docentes, ainda que sem uma distribuição equivalente entre estas categorias, pelas próprias especificidades de seus papéis no processo. A referida produção acadêmica se efetiva a partir de estudos que, se não implementados como parte das ações de intervenção, em sua grande maioria são por elas referenciados ou tratam de aspectos da realidade que emergem como relevantes a partir destas ações.

Atividade-fim Ensino

Na Linha do tempo do NuMI, o eixo proposto por Ferreira (2018) incluiu ensino conforme esta atividade é definida na instituição (graduação e pós-graduação), assim como outras que, embora sejam de natureza formativa, são atividades consideradas de extensão no contexto da normatização proposta na UFSCar (UFSCAR, 1999), incluindo ações formativas voltadas para trabalhadores associados e moradores dos territórios de atuação, gestores públicos, atores do movimento da Economia Solidária e profissionais graduados (curso de especialização).

Conforme indicado anteriormente, estudantes de graduação são inseridos em atividades do NuMI a partir de formas de acesso variadas, seja cumprindo

obrigações curriculares obrigatórias (como estágio ou trabalhos de conclusão de curso) ou complementares (estágios não obrigatórios, participantes de projetos de extensão, bolsistas de iniciação científica, programa de ensino tutorial). No caso de estudantes de pós-graduação, podem participar de equipes de intervenção ou não, implementar suas pesquisas para elaboração de dissertação ou tese. De qualquer modo, todos entram em contato com ambientes e situações favorecedoras e estimulantes de uma formação comprometida com as questões da realidade com que a equipe do NuMI trabalha, frequentemente, a partir da ação na realidade identificam necessidades e situações que demandam reflexão, estudo e das quais derivam perguntas de pesquisa.

Além destas oportunidades de inserção de estudantes de graduação no NuMI, a equipe tem realizado oferta específica de atividades de ensino formalizadas como tais, como é o caso de disciplina destinada a estudantes de alunos dos diferentes cursos de graduação existentes no campus São Carlos da UFSCar – mas aberta a outras pessoas interessadas – na modalidade de Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE). Voltada para os temas do Cooperativismo Popular e Economia Solidária, esta disciplina vem sendo ofertada quase que semestralmente, desde 2003, totalizando 30 semestres até 2018.

Quanto à pós-graduação, na modalidade *stricto sensu*, a equipe vem buscando e aproveitando oportunidades para oferecer atividades formativas para alunos de mestrado e doutorado, considerando a inexistência de programa de pós-graduação dedicado à economia solidária ou área de concentração específica. Especificamente, o Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS) da UFSCar, linha Dimensões Sociais, tem acolhido interessados na Economia Solidária por meio de orientações de projetos de mestrado e doutorado, oferta de disciplinas optativas abertas a alunos especiais, inclusive com oportunidade para atividades de ação na realidade. Essa experiência vem sendo modificada a cada nova oferta no período

entre 2009 e 2022, passando a incluir novos docentes da equipe do NuMI, além de pesquisadores estrangeiros e outros colaboradores. Na perspectiva de avançar com atividades formativas na pós-graduação sobre economia solidária, cada vez mais interdisciplinares e multidimensionais, foram implementadas parcerias com outros programas de pós-graduação da UFSCar e incorporadas ou revistas diferentes estratégias de ensino-aprendizagem.

Em todos os casos de oferta de atividades formais de ensino de graduação e de pós-graduação, evidentemente com os limites estabelecidos pelas condições concretas, a estratégia pedagógica adotada tem sido exatamente a de garantir indissociabilidade das atividades-fim, não apenas como exigência para o docente de nível superior em função de sua inserção em uma instituição em que estas são meio para garantir o cumprimento dos objetivos, mas para a formação integral de profissionais de nível superior (no caso de estudantes de graduação) e do professor de ensino superior (como é o caso da pós-graduação). Um panorama das atividades formativas do NuMI pode ser encontrado em Cortegoso et al. (2020).

Atividade-fim Pesquisa

Conforme indicado anteriormente, a estratégia prioritária de produção acadêmica pela equipe NuMI tem sido a sistematização das experiências de intervenção na realidade, o que resultou em diferentes tipos de publicações (livros, capítulos de livro, artigos publicados em revista, trabalhos completos publicados em anais de congressos, resumos expandidos e não expandidos publicados em anais de congressos, apresentações de painéis em eventos acadêmicos, monografias de conclusão de curso de graduação, dissertações, teses, eventos organizados pelo NuMI, eventos coorganizados, participação em eventos e produção de vídeos) com participação de estudantes, profissionais graduados e pesquisadores.

A prática da indissociabilidade: na UFSCar e em contexto mais amplo

Nesta seção, serão identificadas, sob a perspectiva do NuMI-EcoSol e de seus colaboradores, algumas condições existentes, bem como medidas adotadas pela UFSCar, que favorecem a prática da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade, bem como os obstáculos que ainda são percebidos, sejam eles atribuídos a esta universidade em particular ou ao contexto mais amplo das IES brasileiras.

Condições favorecedoras à indissociabilidade

Ao examinarem aspectos da trajetória da INCOOP-UFSCar, em obra produzida na época de sua transformação em uma unidade multidisciplinar, diretamente vinculada ao Gabinete da Reitoria – o NuMI-EcoSol – Cortegoso e Lussi (2016) elencaram e descreveram condições que, do ponto de vista das autoras, e referendado pela equipe, favoreceram a existência efetiva de atividades de extensão como meio para o cumprimento integral do papel deste tipo de instituição. Iniciando no final da década de 1980 e início da seguinte, interna e externamente à UFSCar, debate aprofundado sobre o papel das assim reconhecidas como atividades próprias da universidade, que proporcionam clareza conceitual e geraram compromisso com a chamada indissociabilidade destas atividades, como expresso na Portaria GR nº 664/99 (UFSCAR, 1999). No âmbito externo, a UFSCar teve participação importante no Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), criado em 1987.

Internamente, e na esteira dos debates conceituais, a UFSCar gerou instrumentos, inicialmente, viabilizadores de desenvolvimento de atividades de extensão, em geral relegadas a atividades opcionais e de segunda categoria no contexto acadêmico e das escalas de avaliação e valorização das atividades acadêmicas. Constituem exemplos deste tipo de estímulo às atividades de

extensão, segundo as autoras (CORTEGOSO; LUSI, 2016), a criação de um conjunto de Pró-Reitorias, em particular aquelas responsáveis por promover e coordenar atividades em relação a cada uma das atividades-fim. No caso específico da extensão, foram ainda criados núcleos articuladores de atividades e estreitamento de relações entre as tradicionais atividades acadêmicas e a sociedade, tomando como referência campos como Cidadania, Empresa, Escola, Município, Sindicato e Saúde. A articulação de alguns destes núcleos foi responsável por viabilizar, em 1998, um projeto de extensão para formação da própria INCOOP, inspirada na iniciativa pioneira do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ).

As autoras indicam, ainda, como condições favorecedoras da existência e configuração da INCOOP (e de outras práticas de indissociabilidade), a implementação de um sistema institucional de organização das atividades de extensão, na forma de Programas e Projetos, no início da década de 2000. Marcando sua especificidade desde então, a INCOOP foi apresentada à UFSCar como um programa multicêntrico, vinculado diretamente à ProEx e não a um departamento. Neste caso específico, a garantia de espaço físico para desenvolvimento das atividades propostas, bem como material de consumo e cobertura de outros gastos usuais nesta condição, e mesmo estrutura técnica mínima e administrativa, em geral (mas não apenas) com recursos da Pró-Reitoria de Extensão, foi essencial para que esta pudesse ser implantada e desse início aos trabalhos. A ampliação e melhoria dos espaços, particularmente por meio de emenda parlamentar, também se deu por ação e apoio da Pró-Reitoria de Extensão.

Ações coordenadas de financiamento de atividades de extensão na instituição passaram a ocorrer regularmente, neste período, com acesso da comunidade interna por meio de editais, financiados com recursos oriundos de fundo “[...] constituído com uma percentagem de recursos externos obtidos como

contrapartida financeira a atividades realizadas como atendimento a demandas externas à instituição (empresas, órgãos de gestão pública etc.)” (CORTEGOSO; LUSSI, 2016, p. 21). A INCOOP (e não apenas ela) sempre contou com apoio institucional para buscar e captar recursos tornados disponíveis para desenvolvimento de atividades de extensão por agências de financiamento de atividades acadêmicas, particularmente de pesquisa, mas também relativos a programas especificamente voltados para atividades de extensão ou, ainda mais específicos, para ações de fomento à Economia Solidária. A participação da equipe em resposta a editais voltados mais especificamente para atividades reconhecidas como de pesquisa, interna e externamente, proporcionou, em vários momentos, condições para também provocar reflexões no contexto de financiadores sobre a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, forçando, muitas vezes, a ampliação do escopo dos financiamentos e o acolhimento de propostas que, centradas em atividades de extensão, cumpriam papel relevante para a consecução dos objetivos da universidade como instituição.

Conforme Cortegoso e Lussi (2016), a previsão, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSCar (2004), da existência de instâncias especiais de ensino, pesquisa e extensão, supra departamentais, multidisciplinares e multiprofissionais, na estrutura da universidade, possibilitou que, em agosto de 2011, fosse criado o Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol), dando aos esforços da equipe de realizar tais atividades em uma área transversal, como a economia solidária, de forma indissociável, reconhecimento institucional.

Obstáculos à indissociabilidade

Neste tópico são destacados e analisados alguns dos obstáculos à prática da indissociabilidade nas universidades brasileiras em geral (e na UFSCar em

particular), com o intuito de estimular o debate, mas sem avançar muito em relação às possíveis estratégias para superá-los: estas só serão viáveis a partir de ampla participação. Porém, a ambição é ir além do caráter funcional (muito em razão de sua urgência) do debate que tem sido realizado na UFSCar, segundo a percepção da equipe do NuMI-EcoSol.

Neste sentido é necessário, inicialmente, assinalar as nem tão sutis mudanças efetuadas no regimento da extensão da UFSCar, que embora vigente desde 2016 (e que observava as concepções presentes em portarias de 1994 e 1999), foi modificado por resoluções de 2019 e 2020, de forma a afastá-lo muito seriamente das concepções anteriores, fundamentadas no caráter indissociável das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

É importante esclarecer que a equipe do NuMI-EcoSol adota a concepção do papel da universidade e de suas atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão), tendo como base o que expressa a Portaria GR nº. 677/94 (original, quando da criação das Pró-Reitorias). Os trechos a seguir, que respeitam a versão original sobre a extensão, são constantes da Portaria GR nº 664/99, de 06 de abril de 1999, que dá nova redação à Portaria GR nº 220/93 que dispõe sobre as Normas de Atividades de Extensão e derroga a Portaria GR nº 677/94, que dispõe sobre o regime de trabalho do pessoal docente, e correspondem a partes do Capítulo I – Da concepção e dos objetivos. Nestes trechos, ainda que o documento se destine a orientar a consecução e organização de atividades de extensão, esta é definida claramente a partir da concepção do que cabe à Universidade, da natureza de cada atividade-fim e da indissociabilidade entre as atividades-fim, por meio das quais este papel institucional é garantido.

Art. 1º. As atividades de extensão universitária têm como referência que à Universidade cabe, enquanto atribuições específicas relativas à sua responsabilidade de promover o desenvolvimento do saber: produzir, sistematizar, criticar, proteger, integrar, divulgar e difundir o conhecimento humano.

Art. 2°. As atividades de extensão são consideradas como parte integrante dos três tipos de atividades-fim: pesquisa, ensino e extensão, que a instituição realiza para concretizar seus objetivos.

§ 1°. Através da pesquisa, a Universidade atende aos objetivos de produzir, sistematizar, criticar e integrar o conhecimento, tornando-o disponível.

§ 2°. Através do ensino de graduação, a Universidade garante a formação de pessoas para utilizar profissionalmente o conhecimento disponível nas diferentes áreas, capacitando-as para atuar nos campos de atuação profissional necessários à sociedade.

§ 3°. Através do ensino de mestrado e doutorado, a Universidade garante a formação profissional de professores universitários e de cientistas, preparando-os para desenvolver o conhecimento e formar novas gerações desses profissionais para toda a sociedade;

§ 4°. Através das atividades de extensão, a Universidade amplia o acesso ao conhecimento, capacitando pessoas a utilizar o conhecimento disponível (UFSCAR, 1999, p. 1).

No caso da Resolução COEX nº 03/2016, de 17 de março de 2016, que Aprova o Regimento Geral da Extensão da Universidade Federal de São Carlos, as alterações produzidas no texto original retiram, do ponto de vista da equipe do NuMI-EcoSol, elementos importantes para que cada uma das atividades seja entendida em sua especificidade e como, a partir da indissociabilidade delas, o objetivo da Universidade pode ser cumprido de forma integral. Nesta nova normativa está ausente, por exemplo, o trecho que define claramente o papel da Universidade, substituído pela ideia de compromisso, e os que indicavam o que cabe, especificamente, à pesquisa e ao ensino. A ausência destas referências retira a força dada originalmente à relação entre as atividades e destas com o papel da Universidade.

Considerando ainda que este tipo de apresentação completa e clara da concepção sobre o papel da Universidade e das atividades-fim parece ter ficado restrito às preocupações da instância responsável por coordenar as atividades de extensão, e sua diluição no decorrer do tempo parece ainda mais grave, já que o próprio acúmulo da UFSCar neste debate vai deixando de ser conhecido inclusive pela própria comunidade e seus dirigentes. No Estatuto da UFSCar, por exemplo, a menção a estes que seriam pilares organizacionais, aparece resumida como um princípio, o da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No Regimento Interno da Pró-Reitoria de Pesquisa, também como exemplo, está indicado que a ela compete planejar, superintender e coordenar atividades e políticas de pesquisa e inovação tecnológica, integradas ao ensino e à extensão, em especial, sem menção clara ao que é pesquisa, ensino e extensão.

Para aquém (e para além) das mudanças analisadas acima, que podem ser consideradas um retrocesso em relação ao entendimento outrora verificado nas normativas da UFSCar para a extensão, também merecem destaque como obstáculos à indissociabilidade na universidade:

1. A própria separação das Pró-Reitorias que respondem pela coordenação das atividades-fim da UFSCar - ensino (ProGrad), pesquisa (ProPq) e extensão (ProEx) prejudica a indissociabilidade destas atividades e favorece um tratamento fragmentado delas;

2. A rigidez curricular - carga horária colonizada pelo formato aula, e dentro dos muros da universidade;

3. A composição da comissão que está protagonizando um processo de discussão em torno da chamada curricularização da extensão reforça esta fragmentação, com ausência de representantes relevantes que focam as outras atividades-fim e unidades que, como o NuMI, apresentam histórico de práticas de indissociabilidade;

4. Ausência da pós-graduação: a discussão sobre curricularização se restringe aos cursos de graduação. Mestrandos e doutorandos não participam da indissociabilidade?

Considerações finais

Determinados debates contemporâneos podem exigir rediscussão e atualização de concepções sobre o papel da Universidade e de suas atividades-fim a partir, dentre outras fontes, de práticas que enfatizam a participação direta, democrática e ampla da sociedade nos processos de produção de conhecimento, a partir de demandas de movimentos sociais autogestionários (como a Economia Solidária) e avanços de áreas como a de tecnologia social.

Elementos que surgem a partir de práticas extensionistas podem (e devem) ser considerados também pelas outras atividades-fim da Universidade. A extensão não deveria, por exemplo, ser a única destas atividades a levar em conta a demanda por dialogicidade na relação da comunidade acadêmica com a comunidade social em que a Universidade está inserida. Postular que isso ocorra não invalida, mas pode (e deveria) impactar na definição do papel da Universidade e de cada um dos tipos de atividade que cabe a ela desenvolver.

A consideração de tais elementos não precisa (e não deveria) afetar negativamente o reconhecimento e a valorização das múltiplas estratégias metodológicas disponíveis ou a serem formuladas, e mesmo a diversidade de perspectivas teóricas sobre fenômenos e processos no que concerne à produção de conhecimento sistematizado por meio de pesquisa científica. Assim como acolher e valorizar processos dialógicos não precisa (e não deveria) significar que a Universidade tenha que desistir de promover formação em vários níveis para produzir sociedades desejáveis, como forma, por excelência, de transformar conhecimento em comportamentos humanos e mudanças sociais.

Com base em tais perspectivas, a Universidade pode (e deveria) comprometer-se profundamente com a participação social em processos de produção de conhecimento, inclusive por meio de decisões coletivas a respeito do tipo de sociedade a ser buscada, fenômenos e processos a serem investigados e sobre para que indivíduos devem ser preparados a partir da educação. A autogestão, neste sentido, estabelece desafios para a própria Universidade e suas atividades-fim.

Uma condição que emerge do desenvolvimento contínuo de atividades extensionistas com a comunidade, como é próprio acontecer no campo da Economia Solidária, com impacto relevante na pesquisa, refere-se à ética na pesquisa com seres humanos. Não é incomum, em estudos neste campo, que a população neles envolvida não deseje sigilo de identidade e anonimato, e sim participação pública e protagonismo no processo e que, documentos baseados em normas vigentes não se adequem a tais situações, examinadas como se fossem situações típicas de pesquisa.

MOLINA, Wagner de Souza Leite; FERREIRA, Danilo Malta; CORTEGOSO, Ana Lúcia Conceptual and practical aspects in the articulation of teaching, research and extension: the experience with solidarity economy at the federal university of São Carlos. ORG & DEMO (Marília), v. 24, Fluxo Contínuo, e023017.

Abstract: University extension has been the object of analysis and discussion at the Federal University of São Carlos (UFSCar), in the Brazilian Pro-Rectors Forums, in various academic circles and, recently, it has resurfaced with the discussion on Curricularization of University Extension, aiming to meet the need to inclusion in the pedagogical projects of undergraduate courses, as required by the Guidelines for Extension in Brazilian Higher Education. This article examines university concepts and practices in the context of Solidarity Economy from the Regional Incubator of Popular Cooperatives (INCOOP) and its successor: Multidisciplinary Core for Studies, Training

Org&Demo, Marília, v. 24, 2023. Fluxo contínuo

DOI: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2023.v24.e023017>



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.

and Intervention in Solidarity Economy (NuMI-EcoSol/UFSCar), as a contribution to overcome perspectives that separate, and often antagonize teaching, research and extension, understood here as core activities, or specific activities of the University to ensure the fulfillment of its goal of knowledge production. The work includes the systematization of the history of NuMI-EcoSol and its activities, such as: specialization course, disciplines, research and extension projects. Finally, contributions from the perspective of solidarity economy are highlighted for the revision and improvement of concepts related to the role of the University, its relationship with society and conditions for the development of its activities compatible with contemporary requirements to which Science must respond.

Key-words: University role, Indissociability of the University's end activities, Outreach, Curricularization, Solidarity Economy.

Resumen: La extensión universitaria ha sido objeto de análisis y discusión en la Universidad Federal de São Carlos (UFSCar), em los Foros de Prorectores Brasileños, em varios círculos académicos y, recientemente, resurgió com la discusión sobre Curricularización de la Extensión Universitaria, com el objetivo para atender la necesidad de inclusión em los proyectos pedagógicos de los cursos de pregrado, como exigen las Directrices para la Extensión em la Educación Superior Brasileña. Este artículo examina conceptos y prácticas universitárias em el contexto de la Economía Solidaria desde la Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP) y sususcesora: Centro Multidisciplinario de Estudios, Capacitación e Intervención em Economía Solidaria (NuMI-EcoSol/UFSCar), como contribución a la superar perspectivas que separan, y muchas veces antagonizan, la docencia, la investigación y la extensión, entendidas aquí como actividades intermedias, o actividades específicas de la Universidad para asegurar el cumplimiento de su finalidad de producción de conocimiento. El trabajoc omprende las istematización de la historia de NuMI-EcoSol y sus actividades, tales como: curso de especialización, disciplinas, proyectos de investigación y extensión. Finalmente, se destacan aportes desde la perspectiva de la economía solidaria para la revisión y perfeccionamiento de conceptos relacionados com el rol de la Universidad, su relación con la sociedad y las condiciones para el desarrollo

de sus actividades compatibles com los requerimientos contemporáneos a los que debe responder laCiencia.

Palabras clave: Rol de la universidad, Inseparabilidad de las actividades finales de la universidad, Extensión, Plan de estúdios, Economía Solidaria.

Referências

BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante:** o equívoco da extensão universitária. Rio de Janeiro: Vozes, Caxias do Sul: EDUSC, São Carlos: EDUFSCAR, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Resolução nº 7 CNE/CES**, 18 de dezembro de 2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, DF, 2018. Disponível: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

CORTEGOSO, A. L.; POMPERMAIER, H. M. Método de atuação da INCOOP ao incubar empreendimentos solidários: descrição como forma de sistematização, construção de visibilidade e oportunidade para reflexão. In: CORTEGOSO, A. L. et al. **Economia solidária:** a experiência da UFSCar em uma década de ensino, pesquisa e extensão. São Carlos: EDUFSCAR, 2016.

CORTEGOSO, A. L.; LUSI, I. A. O. Condições institucionais favorecedoras para atividades articuladas de ensino, pesquisa e extensão da INCOOP. In: CORTEGOSO, A. L. et. al. (Orgs.). **Economia solidária:** a experiência da UFSCar em uma década de ensino, pesquisa e extensão. São Carlos: EDUFSCAR, 2016.

CORTEGOSO, A. L. et al. Atividades formativas de nível superior em economia solidária: a experiência de uma universidade pública federal no Brasil. In: MUNHOZ, C. P.; ARTEAGA, I. H. (Org.). **Economía social y solidaria em la educación superior: um espacio para la innovación** (tomo 3). Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia, 2020. v. 3, p. 65-98.

FERREIRA, D. M. **Articulação de ensino, pesquisa e extensão: economia solidária e desenvolvimento territorial. A experiência INCOOP/NuMI-EcoSol.** 2018. Tese (Doutorado em Engenharia Urbana) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus, AM, 2012, 40 p.

OLIVEIRA, M. C. S. B.; CORTEGOSO, A. L.; AZEVEDO, M. F. de. Produção acadêmica da equipe INCOOP: um estudo dos trabalhos de pesquisa da equipe e das iniciativas de divulgação em âmbito acadêmico. In: CORTEGOSO, A. L. et al. (Orgs). **Economia solidária: a experiência da UFSCar em uma década de ensino, pesquisa e extensão.** São Carlos: EDUFSCAR, 2016.

SOUZA, M. M. **Um estudo avaliativo sobre a implantação da curricularização em Instituições de Ensino Superior: o caso da Universidade Federal do Ceará (UFC).** 2019. 134f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar). **Portaria GR n. 677/94**, de 07 de outubro de 1994. Regime de Trabalho de Pessoal Docente da UFSCar. São Carlos, 1994. Disponível:<https://www.propq.ufscar.br>. Acesso em: 11 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar). Incubadora Regional de Cooperativas Populares. **Criação de um polo incubador de cooperativas populares na UFSCar.** Projeto de extensão- processo nº 23112.001166/98-12. São Carlos, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar). **Portaria GR n. 664/99**, de 06 de abril de 1999. Atividades de extensão universitária na UFSCar. São Carlos, 1999. Disponível em: <https://www.proex.ufscar.br>. Acesso em: 11 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar). **Incubadora Regional de Cooperativas Populares**. Programa de extensão - processo n° 0188/00-06. São Carlos, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar). **Plano de Desenvolvimento Institucional**. São Carlos: UFSCAR, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar). **Resolução ConsUni 698**, de 12 de agosto de 2011. Criação do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária. São Carlos, 2011. Disponível: https://www.soc.ufscar.br/consuni/2011/arquivos/187areuniao-ordinaria-01072011/deliberacoes_consuni1872.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar). Pró-Reitoria de Extensão. **Resolução CoEx nº 03/2016**, de 17 de março de 2016. Aprova o Regimento Geral da Extensão da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2016. Disponível em: <https://www.proex.ufscar.br/arquivos/normas-regras-e-outros/resolucao-coex-03-de-17-03-2016-regimento-geral-da-extensao-alterada-12-11-2020.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar). ProGrad. **Resultado Final do Edital ACIEPE 2022/02** - ProEx/UFSCar - 20 anos de ACIEPE na UFSCar. São Carlos, 2022. <https://www.prograd.ufscar.br/docentes/aciepes>. Acesso em: 11 out. 2022.

Submetido em: 14/08/23

Aceito em: 12/11/2023

Org&Demo, Marília, v. 24, 2023. Fluxo contínuo

DOI: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2023.v24.e023017>



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.